



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

QUALIDADE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DE EMPRESAS NA AMÉRICA LATINA

LILIANE FRANCOLE FRAZÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

CRISTINA LELIS LEAL CALEGARIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

PRISCILA BORIN DE OLIVEIRA CLARO

INSPER INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA (INSPER)

CARLOS EDUARDO STEFANIAK AVELINE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

QUALIDADE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DE EMPRESAS NA AMÉRICA LATINA.

1 INTRODUÇÃO

A importância das empresas se voltar mais para o bem comum e com o planeta (Fink, 2021; Schwab, 2019) tem sido cada vez mais reconhecida por pesquisadores que afirmam que o comprometimento empresarial com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), não é mais uma escolha, mas um imperativo. (Curtó-Pagès et al., 2021; Scott & McGill, 2018).

No entanto, é fundamental que as organizações mantenham uma atitude de transparência ao comunicar suas ações sustentáveis nos ciclos de relato, conforme a Agenda 2030 (UN, 2015). Em outras palavras, as organizações são estimuladas a alinhar seus valores aos da comunidade em que atuam (O'Donovan, 2002) de maneira a legitimar seu papel na sociedade por meio de ações concretas, ao mesmo tempo em que atende as necessidades informacionais dos mais diversos *stakeholders* (Romero et al., 2019). Essas afirmações vão ao encontro da Teoria da Legitimidade, que apregoa que as empresas tendem a adotar comportamento informacional visando fortalecer sua legitimidade diante das partes interessadas (Camilleri, 2018; Di Vaio et al., 2020), aumentar sua reputação (Camilleri, 2018; Di Vaio et al., 2020; Jizi, 2017), e diminuir as assimetrias informacionais (Hamrouni et al., 2019; Jizi, 2017).

Embora a sustentabilidade tenha se tornado um tópico cada vez mais relevante nos negócios (Maksimov et al., 2019; Shapiro et al., 2018) e as organizações estejam cada vez mais buscando inserir os ODS em sua estratégia corporativa (Donoher, 2017), pouca atenção tem sido dada em como os relatórios de ODS podem se tornar uma ferramenta de responsabilidade empresarial (Bebbington & Unerman, 2018) e, como as empresas relatam e medem sua contribuição para os ODS (Diaz-Sarachaga, 2021), especialmente fora do contexto europeu, uma vez que organizações oriundas de mercados desenvolvidos e emergentes podem apresentar trajetórias distintas na busca pelos ODS (Gomez-Trujillo & Gonzalez-Perez, 2020).

Adicionalmente, ainda não foram explorados em profundidade suficiente os fatores que levam as empresas a apresentar relatórios de qualidade. Aqui, parte-se do entendimento que os relatos de maior qualidade envolvem a divulgação de indicadores quantitativos no nível de meta vinculados ao impacto social da organização (PwC, 2017; Scott & McGill, 2018). Assim, pretende-se contribuir para o esclarecimento das seguintes questões de pesquisa: 1ª. Qual a qualidade da comunicação das ações de sustentabilidade das maiores empresas da América Latina? 2ª. Qual a influência de fatores internos e externos à organização na qualidade dos relatos de sustentabilidade? O objetivo é analisar a qualidade dos relatos das ações de sustentabilidade das maiores empresas na América Latina, identificando a qualidade da comunicação e analisando a influência de fatores internos e externos qualidade dos relatos de sustentabilidade divulgados.

Para tanto, neste estudo os ODS são considerados a partir da sua vinculação aos tópicos GRI nos moldes do *framework* de análise proposto por Tsalis et al. (2020). A utilização da perspectiva dos ODS se dá uma vez que a Agenda 2030 oferece inúmeras vantagens sobre os esforços anteriores que falharam em promover de forma completa e bem-sucedida, a adoção de políticas de sustentabilidade pelo setor privado (por exemplo, RSC, ASG). Adicionalmente, há um consenso crescente de que, até o momento, a abordagem dos ODS apresenta o esforço coordenado internacional mais abrangente para considerar as interligações (nexos) entre as várias metas de sustentabilidade (Van Tulder et al., 2021). Em relação ao contexto geográfico, embora multinacionais de mercados emergentes também usem práticas de internacionalização e sustentabilidade para adquirir credibilidade e legitimidade nos mercados internacionais (Velez-Ocampo & Gonzalez-Perez, 2019), poucos estudos se voltam ao contexto de países em desenvolvimento (Ghani et al., 2018; Haywood & Boihang, 2021; Samarina et al., 2020). Há

que se observar que a região da América latina é considerada a mais desigual do mundo (CEPAL, 2019) e, há mais de um século, vem passando por constantes crises políticas, sociais, econômicas e ambientais, que levaram à criação de um ecossistema de negócios internacionais exclusivo para os países e territórios da região (Gonzalez-Perez et al., 2021), o que exige um olhar especial e estudos específicos. Portanto, este estudo busca contribuir com a consolidação de pesquisas neste contexto regional.

A próxima seção apresenta as hipóteses propostas neste estudo divididas entre Fatores Externos e Internos que podem influenciar a qualidade dos relatos. A seção seguinte apresenta a Metodologia utilizada neste estudo e na sequência, são apresentados os resultados e discussões da pontuação obtida pelos relatórios. Por fim, são apresentadas as Considerações Finais.

2 CONSTRUÇÃO DAS HIPÓTESES

2.1 Fatores Externos

As características de cada setor e a magnitude dos seus impactos em diferentes dimensões da sustentabilidade podem afetar as práticas de relato adotadas pelas organizações (Tsalis et al., 2020), uma vez que alguns setores são relacionados a maiores externalidades negativas em comparação a outros (Brammer & Pavelin, 2006). Assim, empresas sob alto escrutínio social e com partes interessadas preocupadas com questões éticas e ambientais tendem a valorizar o relato de metas de desenvolvimento sustentável e, em indústrias controversas, os relatórios de ODS podem ser utilizados para reduzir sua imagem pública negativa (Emma & Jennifer, 2021). Neste contexto, setores controversos podem ser entendidos como aqueles em que produtos e serviços ou conceitos, por motivo de sensibilidade, decência, moralidade ou medo, tendem a provocar reações de aversão, desgosto, ofensa ou medo (Kilian & Hennigs, 2014; Song & Wen, 2020). Sob outra perspectiva, são aquelas indústrias consideradas antiéticas e não socialmente responsáveis como jogos de azar, tabaco ou álcool (Emma & Jennifer, 2021). Nesse sentido, indústrias controversas estariam mais dispostas a se engajar em questões de responsabilidade social corporativa, a fim de obter legitimidade empresarial (Du & Vieira, 2012) e isso se refletiria na qualidade de seus relatos.

Dessa maneira, pesquisadores, a partir da teoria da legitimidade, apregoam que empresas de setores ‘pecaminosos’ e as que enfrentam conflitos ambientais podem se utilizar dos relatos de sustentabilidade como uma tentativa de reduzir sua exposição social e política e desviar a atenção das preocupações sociais e ambientais (Emma & Jennifer, 2021). Adicionalmente, há sinalização de que nestes setores ocorre uma maior disposição de divulgação de informações como tentativa de se legitimar (Charles H. Cho & Patten, 2007). Dessa maneira, parte-se da seguinte hipótese:

***Hipótese 1:** Em busca de legitimidade, as maiores empresas na América Latina inseridas em setores controversos tendem a apresentar relatos de maior qualidade.*

Outro ponto de atenção diz respeito ao fato de que as prioridades de sustentabilidade do país em que as operações ocorrem e as prioridades do país de origem não são necessariamente iguais (Claro & Esteves, 2021). Isso acaba por tornar ainda mais complexo o processo de legitimação por parte de multinacionais, tendo em vista a necessidade de equilibrar diferentes expectativas. Adicionalmente, multinacionais de mercados desenvolvidos e emergentes podem apresentar trajetórias diferentes na busca de alcançar os ODS (Gomez-Trujillo & Gonzalez-Perez, 2020), o que pode adicionar ainda mais complexidade ao processo de legitimação. A literatura indica que as multinacionais podem optar por utilizar o relato das práticas de sustentabilidade como uma medida simbólica para ganhar legitimidade (Liou & Rao-Nicholson, 2021), sendo que em locais onde há maior expectativa de atividades mais

sustentáveis, as empresas tendem a produzir mais relatórios (Dutta et al., 2012). Essas expectativas podem ser maiores em relação a empresas que operam em países com baixas capacidades produtivas. As capacidades produtivas podem ser definidas como os recursos produtivos, as capacidades empresariais e a ligações de produção que, em conjunto, determinam a capacidade de um país produzir bens e serviços de maneira internacionalmente competitiva (UNCTAD, 2006).

Neste contexto, políticas de desenvolvimento bem-sucedidas contribuem para melhorar tanto a capacidade produtiva nacional como diferentes dimensões de desenvolvimento humano (Cling & Delecourt, 2022). Um estudo que examinou o efeito das capacidades produtivas sobre o crescimento econômico e a volatilidade do crescimento em países em desenvolvimento concluiu que as capacidades produtivas não apenas promovem o crescimento econômico, como também reduzem a volatilidade deste crescimento (Gnangnon, 2021). Assim, as capacidades produtivas estão diretamente relacionadas ao crescimento econômico que, por sua vez, são inerentes ao desenvolvimento sustentável e aos ODS. Dessa maneira, entende-se que países que apresentam menores taxas de capacidades produtivas, tendem a exercer maior pressão sobre as organizações para que adotem ações de sustentabilidade, bem como as relatem de maneira mais transparente. Dessa maneira, parte-se da seguinte hipótese:

Hipótese 2: *Em busca de legitimidade, as maiores empresas na América Latina que operam em países de baixa capacidade produtiva tendem a apresentar relatos de maior qualidade.*

O país de origem das organizações também é apontado como crucial quando se trata de sustentabilidade. Estudos apontam que o nível de responsabilidade corporativa, de desempenho ambiental e o desenvolvimento sustentável de um país podem impactar no desempenho de sustentabilidade das organizações (Jensen & Berg, 2012; Kolk & Perego, 2010) e isso pode estar relacionado à influência de regulamentações nacionais específicas ou fatores culturais nas práticas de sustentabilidade das organizações (Rosati & Faria, 2019a). No caso dos relatórios de sustentabilidade, o país de origem pode influenciar principalmente por causa de diferenças nas características institucionais, como sistemas políticos e jurídicos, economia e finanças, normas socioculturais e sistemas de educação e trabalho (Hahn & Kühnen, 2013; Jensen & Berg, 2012; Rosati & Faria, 2019a). Neste sentido, o país ou região de origem tem efeito sobre a adoção (Buhr & Freedman, 2001; Jensen & Berg, 2012), a extensão (S. Chen & Bouvain, 2009; Hahn & Kühnen, 2013) e a qualidade dos relatórios de sustentabilidade.

Em termos regionais, os resultados de um estudo indicam efeito regional com as maiores porcentagens de relatos de ODS na América do Sul e na Europa (Elalfy et al., 2020), que decorre de regulamentações governamentais mais altas e de isomorfismo institucional (Amoako et al., 2017). Vale ressaltar que as multilatinas e outras empresas da América Latina e Caribe enfrentam desafios associados à sua origem emergente (Gonzalez-Perez et al., 2021), inclusive déficit de reputação e legitimidade ao operar internacionalmente (Vidaver-Cohen et al., 2015), o que pode levar à uma maior qualidade de relatos em busca de ganho ou melhoria de sua legitimidade. Neste sentido, assumiu-se que o nível de responsabilidade do país de origem pode influenciar a divulgação dos ODS (Rosati & Faria, 2019a), assim como a qualidade do relato:

Hipótese 3: *Em busca de legitimidade, as maiores empresas na América Latina originárias de países com melhores índices de responsabilidade social tendem a apresentar relatos de maior qualidade.*

2.2 Fatores Internos

Como a divulgação de sustentabilidade pode ser considerada uma estratégia organizacional em resposta à demanda de seus *stakeholders*, existe um risco significativo de que as empresas forneçam informações para se beneficiarem, visando salvaguardar sua legitimidade, em vez de informações precisas e imparciais, o que pode levar a questionamentos sobre a confiabilidade dos relatórios de sustentabilidade (Lashitew, 2021). A confiabilidade também pode ser questionada devido à ampla gama de informações fornecidas (Diaz-Sarachaga, 2021; Knebel & Seele, 2015), à excessiva importância atribuída aos dados qualitativos (Diaz-Sarachaga, 2021; Roca & Searcy, 2012), à opacidade dos relatórios (Diaz-Sarachaga, 2021; Ramos et al., 2013) e ao controle das informações por parte da alta administração (Charles H. Cho et al., 2010; Diaz-Sarachaga, 2021).

Neste contexto, a validação externa aparece como uma alternativa na busca pelo aumento da credibilidade dos relatórios de sustentabilidade. A validação externa é aquela fornecida por organização independente e pode incluir a validação por meio de padrões de garantia e a partir de estruturas e diretrizes internacionais (Rosati & Faria, 2019b). Por ser independente, a verificação ajuda a fortalecer a credibilidade junto às partes interessadas (García-Sánchez, 2020), além de aumentar a robustez, precisão e confiabilidade das informações divulgadas nos relatórios (Simnett et al., 2009). Neste sentido, estudo anterior encontrou relação positiva entre a adoção de relatórios de ODS e a asseguuração externa (Elalfy et al., 2020; Rosati & Faria, 2019b), sendo que organizações que seguem diretrizes e padrões internacionais de sustentabilidade em adição à garantia externa tem maior probabilidade de relatar os ODS (Elalfy et al., 2020). A validação externa é reconhecida como um indicador de legitimidade e compromisso com o relato de sustentabilidade (Schaltegger & Wagner, 2011), aumentando a credibilidade e a qualidade dos relatos (Kılıç et al., 2019; Simnett et al., 2009), além de demonstrar que as organizações relatoras estão levando a sério a abordagem dos ODS (Elalfy et al., 2020). Assim, parte-se do entendimento que:

***Hipótese 4:** Em busca de legitimidade, as maiores empresas na América Latina que passam por processo de verificação externa tendem a apresentar relatos de maior qualidade.*

A participação feminina também é amplamente incluída nas discussões sobre sustentabilidade. Estudos indicam que uma maior proporção de mulheres no Conselho de Administração está associada a um maior envolvimento ambiental e social e a uma maior probabilidade de reportar questões de sustentabilidade (Fernandez-Feijoo et al., 2014; Fernandez-Feijoo et al., 2012; Rosati & Faria, 2019b). Adicionalmente, a diversidade de gênero entre os membros aumentaria a eficácia organizacional em desenvolver conexões mais fortes com os *stakeholders*, representando suas necessidades e diversidade (Adams & Ferreira, 2009; Frias-Aceituno et al., 2013; Rosati & Faria, 2019b). Assim, a criação e gestão de uma identidade de diversidade poderia impactar as percepções de legitimidade das organizações junto a *stakeholders* internos e externos (Cole & Salimath, 2013), uma vez que a liderança feminina pode ser vinculada a uma preocupação da empresa em responder a diferentes necessidades, além de enfrentar os desafios inerentes à desigualdade de gênero.

Na divulgação das ações, um estudo encontrou uma relação positiva entre a presença feminina e a qualidade dos relatórios não financeiros baseando suas implicações no histórico e nas características das mulheres (Khan et al., 2019). Outro estudo, indica que a relação positiva entre os relatos e a presença feminina é moderada por um alto grau de igualdade de gênero e proteção aos acionistas (Byron & Post, 2016). Já outra pesquisa indica que a adoção precoce de relatórios de ODS está relacionada com uma maior participação de mulheres nas diretorias e uma diretoria mais jovem (Rosati & Faria, 2019b). Em relação à qualidade da divulgação de ações de responsabilidade social corporativa, uma maior proporção de mulheres no conselho,

pode estar positivamente relacionada a uma maior qualidade de divulgação, com a inclusão de mais informações sobre as estratégias de RSC e declarações de garantia (Fernandez-Feijoo et al., 2012). Assim, considerando que a inclusão de mulheres pode ser utilizada como uma sinalização de que, em busca de legitimidade, a empresa está disposta e apta a agir a partir de uma visão de longo prazo, levando em consideração os interesses de diferentes *stakeholders* (Lashitew, 2021) e que a diversidade de gênero nas equipes de liderança aumenta a eficácia na busca por estratégias ecologicamente corretas (Glass et al., 2016), parte-se da ideia que:

Hipótese 5: *Em busca de legitimidade, as maiores empresas na América Latina que possuem maior percentual de mulheres em cargos de liderança tendem a apresentar relatos de maior qualidade.*

3 METODOLOGIA

O estudo foi realizado a partir de duas etapas. Na primeira, estabeleceu-se um sistema de pontuação da qualidade dos relatórios das empresas que foi utilizado na segunda etapa para teste das hipóteses.

Tabela 1 - Matriz de Divulgação de Sustentabilidade (MDS)

ODS	Tópicos de divulgação GRI	Nº Tópicos GRI
ODS 1: Sem pobreza	202-1; 203-2; 207-1; 207-2; 207-3; 207-4; 413-2	7
ODS 2: Fome zero	411-1; 413-2	2
ODS 3: Boa saúde e bem-estar	203-2; 305-1; 305-2; 305-3; 305-6; 305-7; 306-1; 306-2; 306-3; 306-4; 306-5; 401-2; 403-6; 403-9; 403-10	15
ODS 4: Educação de qualidade	404-1	1
ODS 5: Igualdade de gênero	102-22; 102-24; 202-1; 203-1; 401-1; 401-2; 401-3; 404-1; 404-3; 405-2; 406-1; 408-1; 409-1; 414-1	14
ODS 6: Água limpa e saneamento	303-1; 303-2; 303-3; 303-4; 303-5; 304-1; 304-2; 304-3; 304-4; 306-1; 306-2; 306-3; 306-5	13
ODS 7: Energia limpa e acessível	302-1; 302-2; 302-3; 302-4; 302-5	5
ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico	102-8; 102-41; 201-1; 202-1; 202-2; 203-2; 204-1; 301-1; 301-2; 301-3; 302-1; 302-2; 302-3; 302-4; 302-5; 306-2; 401-1; 401-2; 401-3; 402-1; 403-1; 403-2; 403-3; 403-4; 403-5; 403-7; 403-8; 403-9; 403-10; 404-1; 404-2; 404-3; 405-1; 405-2; 406-1; 407-1; 408-1; 409-1; 414-1; 414-2	40
ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura	201-1; 203-1	2
ODS 10: Redução das desigualdades	102-8; 207-1; 207-2; 207-3; 207-4; 401-1; 404-1; 404-3; 405-2	9
ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis	203-1; 306-1; 306-2; 306-3; 306-4; 306-5	6
ODS 12: Consumo e produção responsáveis	301-1; 301-2; 301-3; 302-1; 302-2; 302-3; 302-4; 302-5; 303-1; 305-1; 305-2; 305-3; 305-6; 305-7; 306-1; 306-2; 306-3; 306-4; 306-5; 417-1	20
ODS 13: Ação climática	201-2; 302-1; 302-2; 302-3; 302-4; 302-5; 305-1; 305-2; 305-3; 305-4; 305-5	11
ODS 14: Vida debaixo da água	304-1; 304-2; 304-3; 304-4; 305-1; 305-2; 305-3; 305-4; 305-5; 305-7	10
ODS 15: Vida na terra	304-1; 304-2; 304-3; 304-4; 305-1; 305-2; 305-3; 305-4; 305-5; 305-7; 306-3; 306-5	12
ODS 16: Paz, justiça e instituições fortes	102-16; 102-17; 102-21; 102-22; 102-23; 102-24; 102-25; 102-29; 102-37; 205-1; 205-2; 205-3; 206-1; 307-1; 403-4; 403-9; 403-10; 408-1; 410-1; 414-1; 414-2; 415-1; 416-2; 417-2; 417-3; 418-1; 419-1	27
ODS 17: Parcerias	207-1; 207-2; 207-3; 207-4	4
Total de Tópicos de Divulgação GRI		198
Número Médio de Tópicos de Divulgação GRI		12

Fonte: adaptado de (*Linking the SDGs and the GRI Standards*, 2021)

Após identificar as 100 primeiras organizações estabelecida na América Latina do ranking da revista *AméricaEconomía* (AmericaEconomía, 2021) nos anos 2019 e 2020, foi feita uma análise das ações de sustentabilidade consideradas nos relatórios. O único critério definido foi que o padrão GRI fosse adotado na divulgação.

A amostra final contou com 117 relatórios (58,8%). No período analisado, não foi divulgado nenhum relatório, informe ou reporte em 21 casos (10,5%). Em 17 (8,5%) casos, a

empresa não divulgou suas ações individualmente, porém, de maneira indireta, já que suas ações estavam refletidas na apresentação dos grupos empresariais a que elas pertencem, presentes na amostra que, conseqüentemente, as incluiu no relato. Por fim, em 14 casos (7,0%) houve a divulgação do relatório, porém não foi utilizado o padrão GRI. A Tabela 1 apresenta a Matriz de Divulgação de Sustentabilidade (MDS) que foi realizada nos moldes do *framework* metodológico proposto por Tsalis et al. (2020).

A partir da MDS, partiu-se para um sistema de pontuação conforme Tsalis et al., (2020), embora mais abrangente, contendo cinco pontos (Tabela 2). A pontuação máxima que um tópico GRI poderia receber é quatro pontos.

Tabela 2 - Critérios de Pontuação de Qualidade

Descrição	Pontos
A empresa não menciona/inclui o item ou informação relativa ao tópico GRI no relatório	0
A empresa menciona o tópico GRI e sua importância, mas não inclui quaisquer aspirações ou ambições específicas	1
A empresa menciona o tópico GRI e inclui uma ambição ou aspiração qualitativa para alcançá-lo	2
A empresa apresenta indicadores quantitativos para o tópico GRI	3
A empresa apresenta indicadores quantitativos e metas para o tópico GRI	4

Fonte: adaptado de PwC, 2017; Scott & McGill, 2018

A partir da MDS e do sistema de pontuação, obteve-se a pontuação final de cada relatório que é a soma da pontuação de cada tópico GRI incluído em cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constantes na Matriz. A maior pontuação possível é 771 pontos indicando que todos os tópicos GRI foram incluídos e obtiveram a maior nota possível, atingindo o melhor nível de qualidade de divulgação de acordo com os critérios aqui estabelecidos.

A partir desta pontuação, foi possível passar para a segunda etapa do trabalho que teve como objetivo analisar a influência de fatores internos e externos às organizações na qualidade dos relatos de sustentabilidade. Para o teste das hipóteses propostas, foi utilizada regressão linear múltipla. Os testes estatísticos foram realizados no software Rstudio versão 1.4.1717.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva das variáveis analisadas. Todas as variáveis apresentam 117 observações. As variáveis SETC e VEXT são variáveis binárias, assim como a variável de controle ANO (apenas 2019 e 2020), motivo pelo qual diversas medidas não são apresentadas na Tabela. A média na pontuação de qualidade dos relatórios (PTR) é de 224 pontos, o que representa 29,1% da pontuação máxima possível. A menor pontuação (9 pontos) foi obtida pela empresa GPA – Grupo Pão de Açúcar nos relatórios divulgados nos anos de 2019 e 2020. Os relatórios dessa empresa apresentam diversas informações, porém realizam a vinculação das informações apenas com um reduzido número de itens GRI, o que justifica sua baixa pontuação (apenas informações vinculadas com itens GRI receberam pontuação). O relatório de 2020 da Petrobrás obteve a melhor pontuação (458 pontos). Esta empresa demonstra clareza na apresentação das informações com dados quantitativos em diversos itens GRI, além de um Sumário ao final do relatório vinculando os Itens GRI aos ODS, aos Princípios do Pacto Global, às normas da associação global da indústria de óleo e gás para desempenho ambiental e social (IPIECA) e se o item passou por algum processo de asseguração.

Tabela 3 - Estatística Descritiva das Variáveis

Tipo	Variável	Descrição	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Variável Dependente	Pontuação Total do Relatório (PTR)	Pontuação obtida em cada relatório a partir de itens GRI vinculados aos ODS realizada a partir da leitura e análise de cada um dos relatórios	223.69	91.2830	9	458
Variáveis Independentes	Sector Controverso (SETC)	Dummy sendo 1 para empresas pertencentes a setores controversos e 0 para empresas pertencentes a setores não controversos	-	-	0	1
	Capacidade Produtiva (CPRO)*	Índice de Capacidade Produtiva dos países em que a empresa mantém operações	35.23	3.4506	30.61	43.87
	Índice de RSC Nacional (IRSCN)**	Índice de Responsabilidade Social Corporativa a nível país proposto por Skouloudis et al (2016)	-14.76	9.4652	-28.37	9.27
	Verificação Externa (VEXT)	Dummy sendo 1 para relatórios com verificação externa e independente, ainda que parcial/limitada e 0 para relatórios que não passaram por nenhuma verificação	-	-	0	1
	Participação feminina (PFEM)	Percentual de liderança feminina na organização	0.16	0.1110	0	0.51
Variáveis de Controle	Ano do Relatório (ANO)	Ano do relatório, para refletir possível impacto da pandemia de Covid-19	-	-	2019	2020
	Tamanho da empresa (TAM)	Tamanho da empresa representado pelo número total de empregados	54869	65783	620	323542
	Experiência na região (EXPR)	Tempo de atuação na América Latina em anos	66.27	33.6758	8	173
	Internacionalização (INTL)	Número de países que a empresa mantém operações	8.57	8.7270	1	41

Fonte: * (UNCTAD, 2021) ** (Skouloudis et al., 2016). Demais dados: os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

A média do Índice de Capacidade Produtiva dos países em que as empresas mantêm operações (CPRO) é de 35,23, com desvio padrão de 3,45, variando de 30,61 a 43,87, portanto não há grande variação na capacidade produtiva dos países. As empresas da amostra mantêm operações em 77 diferentes países. Os países com maior número de operações das empresas da amostra são Brasil (com 48 operações e CPRO de 31,4), Argentina e México (com 30 operações e CPRO de 33,03 e 31,87 respectivamente), Chile (com 27 operações e CPRO de 36,27) e Peru (com 26 operações e CPRO de 31,36). Já o Índice de Responsabilidade Social Corporativa Nacional (IRSCN) do país de origem possui maior amplitude variando de -28,37 (Argentina) a 9,27 (Holanda), com média de -14,76. As empresas da amostra são originárias de 14 diferentes países (seis são latinoamericanos, cinco europeus, um norteamericano, um asiático e um africano), sendo o Brasil o país com maior número de relatórios publicados (40) e com o IRSCN de -11,74, seguido por México (27 relatórios) com IRSCN de -27,36 e Chile (16 relatórios) com IRSCN de -15,13.

A Participação Feminina em cargos de liderança (PFEM) variou de 0% (nas empresas Grupo Alfa, Cenco Sud, Sigma e Alpek) a 51,2% (Natura). A média da mostra é de 16,44% de liderança feminina. Os maiores percentuais de participação feminina, acima de 30%, foram identificados em empresas de origem brasileira (6 relatórios), mexicana (3 relatórios), estadunidense (2 relatórios), chilena (2 relatórios) e colombiana (1 relatório). Todavia, alguns desses países abrigam também empresas com os mais baixos níveis de participação feminina, abaixo de 5%: Brasil, Chile e Estados Unidos com dois relatórios cada e México com 10 relatórios.

Entre as variáveis de controle, o Tamanho da Organização (TAM) representado pelo número de funcionários, variou de 620 (Copersucar) a 323.542 (Femsa) colaboradores. Já a Experiência na região (EXPR) tem média de 66 anos, sendo o menor período de 8 anos e o maior de 173 anos. Por fim, a Internacionalização (INTL) que representa o número de países

em que a empresa atua, a média é de 9 países, sendo que 15 empresas mantêm operações apenas em seu país de origem. A organização com maior presença está em 41 países. Foram realizados testes de normalidade, de correlação e de Fator de Inflação da Variância, em todos os modelos em estudo. Os resultados indicaram não haver problemas que inviabilizasse a análise. Em relação à homocedasticidade, o teste Breusch-Pagan indicou problema de heterocedasticidade e para correção foi processado o erro-padrão robusto de White (Gujarati & Porter, 2011).

Para a análise das hipóteses, foram propostos seis modelos divididos pela influência dos fatores internos e externos. A Tabela 4 apresenta os resultados obtidos. Os modelos 1 a 3 abrangem todas as variáveis de análise e de controle, sendo retirado um fator externo e mantido os demais em cada um deles. Os modelos 4 e 5 abrangem também todas as variáveis de controle, considerando a retirada de um fator interno em cada um deles. Por fim, o modelo 6 é irrestrito, ou seja, considera todas as variáveis de análise e de controle.

Tabela 4 - Regressão dos Modelos de 1 a 6 para a Pontuação

	Modelo 1 Fatores Externos	Modelo 2 Fatores Externos	Modelo 3 Fatores Externos	Modelo 4 Fatores Internos	Modelo 5 Fatores Internos	Modelo 6 Irrestrito
SETC		41.574 *	44.785 *	45.480 *	42.810 *	40.964 *
		(18.026)	(18.478)	(19.270)	(17.650)	(18.268)
CPRO	1.413		0.280	1.402	1.145	0.879
	(2.893)		(2.833)	(2.641)	(2.417)	(2.702)
IRSCN	2.205 *	1.929 ·		1.737 ·	1.836 ·	1.971 ·
	(1.057)	(1.033)		(1.047)	(0.952)	(1.050)
VEXT	75.601 ***	73.675 ***	71.516 ***		70.080 ***	73.382 ***
	(14.508)	(14.744)	(15.077)		(16.140)	(14.866)
PFEM	-81.073	-61.451	-29.531	28.120		-57.573
	(90.006)	(90.692)	(91.120)	(78.950)		(92.371)
ANO	24.595	24.090	23.945	25.080	23.110	24.051
	(16.105)	(15.776)	(16.104)	(16.480)	(15.170)	(15.919)
TAM	1.291e-04	2.675e-04 ·	2.529e-04 ·	3.048e-04 *	2.637e-04 ·	2.7294e-04 ·
	(1.281e-04)	(1.421e-04)	(1.3847e-04)	(1.511e-04)	(1.392e-04)	(1.4638e-04)
EXPR	0.292	0.237	0.029	0.294	0.226	0.238
	(0.249)	(0.238)	(0.211)	(0.272)	(0.251)	(0.239)
INTL	1.873	1.983 ·	1.300	1.435	1.860 ·	1.873
	(1.216)	(1.153)	(1.252)	(1.089)	(1.010)	(1.252)
R2 total	0.2194	0.2551	0.2273	0.1224	0.252	0.256
R2 ajustado	0.1616	0.1999	0.1701	0.05743	0.1966	0.1934
p-valor	0.0005859	7.088e-05	0.0003728	0.06986	8.591e-05	0.0001542

Legenda: Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1. O segundo valor em cada variável se refere ao desvio padrão. Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Na análise das variáveis e hipóteses da pesquisa, tem-se que os relatórios divulgados por empresas inseridas em Setores Controversos apresentam um incremento acima de 40 pontos na Pontuação Total do Relatório (por exemplo, no Modelo 2 o coeficiente de valor foi 41,57) comparado a relatórios de empresas de setores não controversos. Na análise de regressão, a Hipótese 1 foi suportada a nível de 1% em todos os modelos em que a variável SETC foi considerada. Isso indica que a empresas atuantes na América Latina inseridas em setores considerados controversos tendem a apresentar relatos de maior qualidade.

Esse resultado está de acordo com achados obtidos anteriormente na literatura. Como em um estudo baseado no setor e no desempenho ambiental que identificou que a divulgação ambiental é maior para empresas que operam em setores sensíveis (Charles H. Cho & Patten, 2007). Isso é compatível com o argumento dos teóricos da legitimidade de que organizações que enfrentam conflitos ambientais podem usar seus relatos como uma tentativa de reduzir sua exposição social e política, bem como responder a ameaças de legitimidade (Emma & Jennifer,

2021). Outro estudo identificou que setores com impactos menores tendem a relatar menos que empresas de alto impacto (C.H. Cho et al., 2020) e atribuiu esse achado ao fato de que setores de baixo impacto possuem menor probabilidade de enfrentar exigências regulatórias rígidas e fortes demandas de consumidores, funcionários e ONGs (Young & Marais, 2012). Assim, o setor industrial, especialmente o setor controverso, serve como um importante fator de contingência para a eficácia das estratégias de comunicação de RSC (Song et al., 2020), sendo que a divulgação de sustentabilidade pode ser uma forma de melhorar a imagem corporativa e a legitimidade aparente (Emma & Jennifer, 2021).

A Hipótese 2 previa que em busca de legitimidade, as empresas que operam em países de baixa capacidade produtiva tendem a apresentar relatos de maior qualidade e, muito embora a variável CPRO tenha apresentado relação positiva com a pontuação de qualidade dos relatórios das organizações, esta relação não foi significativa em nenhum dos cinco modelos. Assim, a capacidade produtiva dos países em que as empresas da amostra mantêm operações influencia, mas não de maneira relevante, a qualidade dos relatórios divulgados.

No caso da variável IRSCN (H3), foi observada relação positiva nos cinco modelos em que foi incluída, sendo significativa a 1% no Modelo 1 e significativa a 5% nos Modelos 2, 4, 5 e 6. Os modelos apontam incremento acima de 1,7 ponto na Pontuação Total do Relatório para cada aumento de uma unidade no IRSCN. Assim, a Hipótese 3 obteve suporte estatístico, indicando que um melhor IRSCN do país de origem das empresas influencia positivamente a pontuação de qualidade dos relatos de sustentabilidade. Este resultado está em linha com pesquisas anteriores. Uma dessas pesquisas identificou que organizações que relatam os ODS são de países com níveis médios mais altos de responsabilidade corporativa nacional do que as que não relatam os ODS (Rosati & Faria, 2019a). Outra pesquisa sugeriu que a alta reputação de RSC no nível país impressiona as empresas que investem no exterior, ajudando a promover a RSC a nível global, apoiando *policemakers* à medida que buscam o desenvolvimento sustentável e a promoção da Agenda 2030 (Dau et al., 2020). Assim, o nível de sustentabilidade corporativa de um país pode impactar o desempenho de sustentabilidade das organizações (Rosati & Faria, 2019a).

Outra hipótese suportada foi a H4. Na análise estatística, a variável VEXT foi positiva e altamente significativa a 0% nos cinco modelos em que foi inserida, indicando que a presença de asseguarção externa está relacionada a maior qualidade de relato. Os modelos indicam um incremento superior a 70 pontos na Pontuação Total do Relatório quando este relatório passa por algum tipo de verificação externa. Resultados similares foram identificados em estudos anteriores que sugeriram uma relação positiva entre garantia externa e qualidade dos relatórios de sustentabilidade (Cohen & Simnett, 2015; Erin et al., 2022; Venturelli et al., 2019). Neste mesmo sentido, foi encontrada relação positiva entre a garantia externa e a confiabilidade e precisão das informações ambientais, com resultados indicando que as empresas que produzem relatórios ambientais com garantia externa são mais propensas a divulgar uma quantidade maior de informações ambientais do que as empresas que produzem relatórios ambientais sem garantia (Braam et al., 2016). Outro estudo revelou uma relação significativamente positiva entre a asseguarção externa e a qualidade de relatórios obrigatórios de sustentabilidade (Gerwing et al., 2022). Assim, o processo de asseguarção externa afeta positivamente tanto a natureza quanto o nível de responsabilidade ambiental corporativa (Braam et al., 2016), aumentando a utilidade percebida das informações (Y. Chen et al., 2021) e a credibilidade percebida dos relatórios de sustentabilidade (Gerwing et al., 2022; Hodge et al., 2009).

No caso da variável PFEM foi identificada relação negativa com a pontuação de qualidade dos relatórios em quatro dos cinco modelos em que foi considerada e, em um modelo, a relação foi positiva. Todavia, em nenhum dos modelos foi encontrada significância. Assim, não se pode concluir se há ou não influência da participação feminina em cargos de liderança na qualidade dos relatórios de sustentabilidade de empresas latino-americanas, não sendo

possível suportar a Hipótese 5. Resultados não conclusivos foram encontrados por outros pesquisadores. Um estudo encontrou relação positiva, mas pouco significativa entre o relato dos ODS e o percentual de mulheres no Conselho de Administração (Rosati & Faria, 2019b). Outro estudo encontrou relação positiva entre a qualidade dos relatórios e a diversidade de gênero no Conselho Fiscal, mas não encontrou nenhuma relação entre a qualidade e a diversidade de gênero no nível da diretoria executiva, adicionando que, no cenário alemão, não há evidências para concluir que o Conselho Executivo reporta melhor as questões de sustentabilidade se o conselho possuir uma proporção maior de mulheres (Gerwing et al., 2022).

Entre as variáveis de controle, todas apresentaram relação positiva com a Pontuação de Qualidade em todos os modelos, porém as variáveis ANO e EXPR não apresentaram significância. No caso do ANO, um dos possíveis motivos para a não relevância do impacto pandêmico é que a maior necessidade de transparência informacional em períodos de crise foi anulada pelas restrições provenientes da pandemia. Já no caso da Experiência na América Latina (EXPR) Uma das possíveis explicações para o resultado não significativo é que 91% dos relatórios da amostra foram divulgados por empresas de origem latino-americana. Neste contexto, pode não existir a necessidade de um longo processo de aprendizado para acumulação incremental de experiência na região de acolhimento para compensar o *liability of foreignness* (Rugman & Verbeke, 2004) e conseqüentemente para a obtenção de legitimidade.

A variável de controle Tamanho (TAM), por sua vez, apresentou relação positiva nos seis modelos propostos e foi significativa em cinco deles. Este resultado está em linha com pesquisas anteriores que indicaram que empresas maiores são mais propensas a divulgar informações porque incorrem em maiores custos de agência e situações mais críticas de assimetria de informações (Frias-Aceituno et al., 2014). Por fim, a variável INTL apresentou relação positiva nos seis modelos do estudo, porém foi significativa em apenas dois deles. Na análise da pontuação, a menor média foi obtida por relatórios divulgados por empresas com operações em até 5 países e a maior média foi obtida por relatórios publicados por empresas atuantes em 21 a 30 países. Todavia, relatórios divulgados por empresas atuantes em mais de 30 países obtiveram pontuação igual à média da amostra (224 pontos). Dessa maneira, não há indícios suficientes para avaliar a influência do grau de internacionalização na qualidade dos relatórios publicados por empresas latino-americanas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou colaborar com o desenvolvimento da literatura ao identificar a qualidade da comunicação das ações de sustentabilidade das 100 maiores empresas na América Latina bem como a influência de fatores internos e externos à organização nesta qualidade. Os resultados indicam que as maiores organizações presentes na América Latina possuem uma ampla margem de trabalho para melhorar a qualidade de seus relatos. Neste sentido, as empresas, ao adotarem o padrão GRI, poderiam fazer uso adequado das normas, detalhando e apresentando dados quantitativos bem como estabelecendo metas claras nos temas considerados materiais, o que elevaria a qualidade de sua comunicação.

Foram analisados como fatores externos, a atuação em setores controversos e a origem em país com melhor Índice de Responsabilidade Social Nacional que apresentaram relação positiva e significativa com a pontuação de qualidade dos relatórios das organizações latinoamericanas, indicando influência significativa desses fatores na qualidade dos relatos das organizações. A Capacidade Produtiva dos países em que as empresas mantêm operações apresentaram relação positiva, porém não significativa com a qualidade. Já entre os fatores internos analisados, apenas a Verificação Externa foi positiva e significativa em relação à qualidade dos relatos, indicando que a contratação de asseguração externa e independente influencia positivamente a qualidade dos relatos das organizações latinoamericanas. O

resultado da Participação Feminina em Cargos de Liderança, por sua vez, não forneceu subsídios para que alguma conclusão fosse obtida.

Este estudo possui implicações práticas uma vez que busca contribuir para uma melhor compreensão sobre os fatores internos e externos que impactam a qualidade dos relatórios de sustentabilidade de empresas que atuam na América Latina. Adicionalmente, a utilização de um *framework* que permite mensurar a qualidade de relato, dá base para a realização de *benchmarking*. O estudo também possui implicações sociais uma vez que o envolvimento com ações de desenvolvimento sustentável abre muitas oportunidades de negócios para a própria posição estratégica das empresas na sociedade, como resposta a crises recorrentes (Van Tulder et al., 2021) e também como uma contrapartida às externalidades negativas geradas por suas operações. Assim, é relevante não apenas se envolver nas atividades de sustentabilidade, mas também prestar contas aos *stakeholders* de maneira adequada. Em relação às implicações acadêmicas, a pesquisa contribui com o aprimoramento de *framework* de análise de qualidade dos relatórios proposto por Tsalis et al. (2020). Além disso, o estudo busca contribuir para a literatura respondendo ao chamado para um redirecionamento das pesquisas para “grandes desafios” (George et al., 2016) e questões críticas (Tihanyi, 2020) nos negócios globais, buscando traduzir as descobertas de modo que se tornem compatíveis com o ponto de vista da sociedade e, portanto, mais úteis para os formuladores de políticas (Van Assche, 2018).

Como limitações da pesquisa, o escopo do estudo foi restrito à análise dos relatórios divulgados a partir do padrão GRI. Pesquisas futuras podem ampliar o escopo a partir da inclusão de outras fontes informacionais, padrões e normas para análise da qualidade das informações divulgadas. Pode-se aumentar o tamanho da amostra bem como o período dos relatórios analisados, o que ampliaria também a capacidade de generalização dos resultados bem como a comparabilidade em termos temporais e de resultados. Pesquisas futuras podem ir além ao realizar a pontuação a partir de leitura detalhada do conteúdo dos relatórios, atribuindo pontuação de qualidade a informações não vinculados ao padrão GRI. Propõe-se, ainda, estudos que analisem a qualidade dos relatórios a partir da matriz de materialidade apresentada pelas empresas, tanto em relação ao processo de construção dessas matrizes como na apresentação dos tópicos materiais considerados prioritários.

REFERÊNCIAS

- Adams, R. B., & Ferreira, D. (2009). Women in the boardroom and their impact on governance and performance. *Journal of Financial Economics*, 94(2), 291–309. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2008.10.007>
- AmericaEconomía. (2021). *Conozca las 500 Mayores Empresas de América Latina 2021*. <https://www.americaeconomia.com/negocios-industrias/multilatinas/conozca-las-500-mayores-empresas-de-america-latina-2021>
- Amoako, K. O., Lord, B. R., & Dixon, K. (2017). Sustainability reporting: Insights from the websites of five plants operated by Newmont Mining Corporation. *Meditari Accountancy Research*, 25(2), 186–215. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-02-2016-0020>
- Bebbington, J., & Unerman, J. (2018). Achieving the United Nations Sustainable Development Goals. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(1), 2–24. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2017-2929>
- Braam, G. J. M., Uit de Weerd, L., Hauck, M., & Huijbregts, M. A. J. (2016). Determinants of corporate environmental reporting: the importance of environmental performance and assurance. *Journal of Cleaner Production*, 129, 724–734. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.03.039>
- Brammer, S. J., & Pavelin, S. (2006). Corporate Reputation and Social Performance: The Importance of Fit. *Journal of Management Studies*, 43(3), 435–455. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2006.00597.x>

- Buhr, N., & Freedman, M. (2001). Culture, Institutional Factors and Differences in Environmental Disclosure Between Canada and the United States. *Critical Perspectives on Accounting*, 12(3), 293–322. <https://doi.org/10.1006/cpac.2000.0435>
- Byron, K., & Post, C. (2016). Women on Boards of Directors and Corporate Social Performance: A Meta-Analysis. *Corporate Governance: An International Review*, 24(4), 428–442. <https://doi.org/10.1111/corg.12165>
- Camilleri, M. A. (2018). Theoretical insights on integrated reporting. *Corporate Communications: An International Journal*, 23(4), 567–581. <https://doi.org/10.1108/CCIJ-01-2018-0016>
- Chen, S., & Bouvain, P. (2009). Is Corporate Responsibility Converging? A Comparison of Corporate Responsibility Reporting in the USA, UK, Australia, and Germany. *Journal of Business Ethics*, 87(S1), 299–317. <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9794-0>
- Chen, Y., Jermias, J., & Nazari, J. A. (2021). The effects of reporting frameworks and a company's financial position on managers' willingness to invest in corporate social responsibility projects. *Accounting & Finance*, 61(2), 3385–3425. <https://doi.org/10.1111/acfi.12706>
- Cho, C.H., Bohr, K., Choi, T. J., Partridge, K., Shah, J. M., & Swierszcz, A. (2020). Advancing Sustainability Reporting in Canada: 2019 Report on Progress. *Accounting Perspectives*, 19(3), 181–204. <https://doi.org/10.1111/1911-3838.12232>
- Cho, Charles H., & Patten, D. M. (2007). The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, 32(7–8), 639–647. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.009>
- Cho, Charles H., Roberts, R. W., & Patten, D. M. (2010). The language of US corporate environmental disclosure. *Accounting, Organizations and Society*, 35(4), 431–443. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.10.002>
- Claro, P. B. de O., & Esteves, N. R. (2021). Sustainability-oriented strategy and Sustainable Development Goals. *Marketing Intelligence & Planning*, 39(4), 613–630. <https://doi.org/10.1108/MIP-08-2020-0365>
- Cling, J.-P., & Delecourt, C. (2022). Interlinkages between the Sustainable Development Goals. *World Development Perspectives*, 25, 100398. <https://doi.org/10.1016/j.wdp.2022.100398>
- Cohen, J. R., & Simnett, R. (2015). CSR and Assurance Services: A Research Agenda. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*, 34(1), 59–74. <https://doi.org/10.2308/ajpt-50876>
- Cole, B. M., & Salimath, M. S. (2013). Diversity Identity Management: An Organizational Perspective. *Journal of Business Ethics*, 116(1), 151–161. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1466-4>
- Curtó-Pagès, F., Ortega-Rivera, E., Castellón-Durán, M., & Jané-Llopis, E. (2021). Coming in from the cold: A longitudinal analysis of SDG reporting practices by Spanish listed companies since the approval of the 2030 agenda. *Sustainability (Switzerland)*, 13(3), 1–27. <https://doi.org/10.3390/su13031178>
- Dau, L. A., Moore, E. M., & Newburry, W. (2020). The grass is always greener: The impact of home and host country CSR reputation signaling on cross-country investments. *Journal of International Business Policy*, 3(2), 154–182. <https://doi.org/10.1057/s42214-020-00049-7>
- Di Vaio, A., Syriopoulos, T., Alvino, F., & Palladino, R. (2020). “Integrated thinking and reporting” towards sustainable business models: a concise bibliometric analysis. *Meditari Accountancy Research*, 29(4), 691–719. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-12-2019-0641>
- Diaz-Sarachaga, J. M. (2021). Shortcomings in reporting contributions towards the

- sustainable development goals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. <https://doi.org/10.1002/csr.2129>
- Donoher, W. J. (2017). The multinational and the legitimization of sustainable development. *Transnational Corporations*, 24(3), 49–60. <https://doi.org/10.18356/5dbad6d9-en>
- Du, S., & Vieira, E. T. (2012). Striving for Legitimacy Through Corporate Social Responsibility: Insights from Oil Companies. *Journal of Business Ethics*, 110(4), 413–427. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1490-4>
- Dutta, S., Lawson, R., & Marcinko, D. (2012). Paradigms for Sustainable Development: Implications of Management Theory. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 19(1), 1–10. <https://doi.org/10.1002/csr.259>
- Elalfy, A., Weber, O., & Geobey, S. (2020). The Sustainable Development Goals (SDGs): a rising tide lifts all boats? Global reporting implications in a post SDGs world. *Journal of Applied Accounting Research*, 22(3), 557–575. <https://doi.org/10.1108/JAAR-06-2020-0116>
- Emma, G.-M., & Jennifer, M.-F. (2021). Is SDG reporting substantial or symbolic? An examination of controversial and environmentally sensitive industries. *Journal of Cleaner Production*, 298. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.126781>
- Erin, O., Adegboye, A., & Bamigboye, O. A. (2022). Corporate governance and sustainability reporting quality: evidence from Nigeria. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 13(3), 680–707. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-06-2020-0185>
- Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., & Ruiz-Blanco, S. (2014). Women on Boards: Do They Affect Sustainability Reporting? *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 21(6), 351–364. <https://doi.org/10.1002/csr.1329>
- Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., & Ruiz, S. (2012). Does board gender composition affect corporate social responsibility reporting? *International Journal of Business and Social Science*, 3(1), 31–39.
- Fink, L. (2021). *Larry Fink's 2021 letter to CEOs*. <https://www.blackrock.com/corporate/investor-relations/larry-fink-ceo-letter>
- Frias-Aceituno, J. V., Rodríguez-Ariza, L., & Garcia-Sanchez, I. . (2013). The Role of the Board in the Dissemination of Integrated Corporate Social Reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(4), 219–233. <https://doi.org/10.1002/csr.1294>
- Frias-Aceituno, J. V., Rodríguez-Ariza, L., & García-Sánchez, I. M. (2014). Explanatory Factors of Integrated Sustainability and Financial Reporting. *Business Strategy and the Environment*, 23(1), 56–72. <https://doi.org/10.1002/bse.1765>
- García-Sánchez, I. (2020). Drivers of the CSR report assurance quality: Credibility and consistency for stakeholder engagement. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(6), 2530–2547. <https://doi.org/10.1002/csr.1974>
- George, G., Howard-Grenville, J., Joshi, A., & Tihanyi, L. (2016). Understanding and Tackling Societal Grand Challenges through Management Research. *Academy of Management Journal*, 59(6), 1880–1895. <https://doi.org/10.5465/amj.2016.4007>
- Gerwing, T., Kajüter, P., & Wirth, M. (2022). The role of sustainable corporate governance in mandatory sustainability reporting quality. *Journal of Business Economics*, 92(3), 517–555. <https://doi.org/10.1007/s11573-022-01092-x>
- Ghani, E. K., Jamal, J., Puspitasari, E., & Gunardi, A. (2018). Factors influencing integrated reporting practices among Malaysian public listed real property companies: A sustainable development effort. *International Journal of Managerial and Financial Accounting*, 10(2), 144–162. <https://doi.org/10.1504/IJMFA.2018.091662>
- Glass, C., Cook, A., & Ingersoll, A. R. (2016). Do Women Leaders Promote Sustainability? Analyzing the Effect of Corporate Governance Composition on Environmental

- Performance. *Business Strategy and the Environment*, 25(7), 495–511.
<https://doi.org/10.1002/bse.1879>
- Gnangnon, S. K. (2021). Effect of Productive Capacities on Economic Complexity: Do Aid for Trade Flows Matter? *Journal of Economic Integration*, 36(4), 626–688.
<https://doi.org/10.11130/jei.2021.36.4.626>
- Gomez-Trujillo, A. M., & Gonzalez-Perez, M. A. (2020). What do we know about organizational sustainability and international business? *Management of Environmental Quality: An International Journal*, 31(2), 292–305. <https://doi.org/10.1108/MEQ-08-2019-0173>
- Gonzalez-Perez, M. A., Mohieldin, M., Hult, G. T. M., & Velez-Ocampo, J. (2021). COVID-19, sustainable development challenges of Latin America and the Caribbean, and the potential engines for an SDGs-based recovery. *Management Research*, 19(1), 22–37.
<https://doi.org/10.1108/MRJIAM-12-2020-1119>
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica* (5th ed.). AMGH Editora.
- Hahn, R., & Kühnen, M. (2013). Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. *Journal of Cleaner Production*, 59, 5–21. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.07.005>
- Hamrouni, A., Boussaada, R., & Ben Farhat Toumi, N. (2019). Corporate social responsibility disclosure and debt financing. *Journal of Applied Accounting Research*, 20(4), 394–415.
<https://doi.org/10.1108/JAAR-01-2018-0020>
- Haywood, L. K., & Boihang, M. (2021). Business and the SDGs: Examining the early disclosure of the SDGs in annual reports. *Development Southern Africa*, 38(2), 175–188.
<https://doi.org/10.1080/0376835X.2020.1818548>
- Hodge, K., Subramaniam, N., & Stewart, J. (2009). Assurance of Sustainability Reports: Impact on Report Users' Confidence and Perceptions of Information Credibility. *Australian Accounting Review*, 19(3), 178–194. <https://doi.org/10.1111/j.1835-2561.2009.00056.x>
- Jensen, J. C., & Berg, N. (2012). Determinants of Traditional Sustainability Reporting Versus Integrated Reporting. An Institutional Approach. *Business Strategy and the Environment*, 21(5), 299–316. <https://doi.org/10.1002/bse.740>
- Jizi, M. (2017). The Influence of Board Composition on Sustainable Development Disclosure. *Business Strategy and the Environment*, 26(5), 640–655.
<https://doi.org/10.1002/bse.1943>
- Khan, I., Khan, I., & Saeed, B. bin. (2019). Does board diversity affect quality of corporate social responsibility disclosure? Evidence from Pakistan. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 24(10), 1753–1768.
<https://doi.org/10.1002/csr.1753>
- Kilian, T., & Hennigs, N. (2014). Corporate social responsibility and environmental reporting in controversial industries. *European Business Review*, 26(1), 79–101.
<https://doi.org/10.1108/EBR-04-2013-0080>
- Kılıç, M., Uyar, A., & Kuzey, C. (2019). The impact of institutional ethics and accountability on voluntary assurance for integrated reporting. *Journal of Applied Accounting Research*, 21(1), 1–18. <https://doi.org/10.1108/JAAR-04-2019-0064>
- Knebel, S., & Seele, P. (2015). Quo vadis GRI? A (critical) assessment of GRI 3.1 A+ non-financial reports and implications for credibility and standardization. *Corporate Communications: An International Journal*, 20(2), 196–212.
<https://doi.org/10.1108/CCIJ-11-2013-0101>
- Kolk, A., & Perego, P. (2010). Determinants of the adoption of sustainability assurance statements: an international investigation. *Business Strategy and the Environment*, 19(3), 182–198. <https://doi.org/10.1002/bse.643>

- Lashitew, A. A. (2021). Corporate uptake of the Sustainable Development Goals: Mere greenwashing or an advent of institutional change? *Journal of International Business Policy*, 4(1), 184–200. <https://doi.org/10.1057/s42214-020-00092-4>
- Linking the SDGs and the GRI Standards*. (2021). <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/global-alignment/>
- Liou, R.-S., & Rao-Nicholson, R. (2021). Multinational enterprises and Sustainable Development Goals: A foreign subsidiary perspective on tackling wicked problems. *Journal of International Business Policy*, 4(1), 136–151. <https://doi.org/10.1057/s42214-020-00080-8>
- Maksimov, V., Wang, S. L., & Yan, S. (2019). Global connectedness and dynamic green capabilities in MNEs. *Journal of International Business Studies*. <https://doi.org/10.1057/s41267-019-00275-z>
- O'Donovan, G. (2002). Environmental disclosures in the annual report. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 344–371. <https://doi.org/10.1108/09513570210435870>
- PwC. (2017). *SDG Reporting Challenge 2017 Exploring business communication on the global goals*. <https://www.pwc.com/gx/en/sustainability/SDG/pwc-sdg-reporting-challenge-2017-final.pdf>
- Ramos, T. B., Cecílio, T., Douglas, C. H., & Caeiro, S. (2013). Corporate sustainability reporting and the relations with evaluation and management frameworks: the Portuguese case. *Journal of Cleaner Production*, 52, 317–328. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.03.002>
- Roca, L. C., & Searcy, C. (2012). An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. *Journal of Cleaner Production*, 20(1), 103–118. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.08.002>
- Romero, S., Ruiz, S., & Fernandez-Feijoo, B. (2019). Sustainability reporting and stakeholder engagement in Spain: Different instruments, different quality. *Business Strategy and the Environment*, 28(1), 221–232. <https://doi.org/10.1002/bse.2251>
- Rosati, F., & Faria, L. G. D. (2019a). Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. *Journal of Cleaner Production*, 215, 1312–1326. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.12.107>
- Rosati, F., & Faria, L. G. D. (2019b). Business contribution to the Sustainable Development Agenda: Organizational factors related to early adoption of SDG reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(3), 588–597. <https://doi.org/10.1002/csr.1705>
- Rugman, A. M., & Verbeke, A. (2004). A perspective on regional and global strategies of multinational enterprises. *Journal of International Business Studies*, 35(1), 3–18. <https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8400073>
- Samarina, V., Skufina, T., & Samarin, A. (2020). The experience of using GRI Standards in sustainable development reports by Russian industrial corporations. *E3S Web of Conferences*, 208. <https://doi.org/10.1051/e3sconf/202020807011>
- Schaltegger, S., & Wagner, M. (2011). Sustainable entrepreneurship and sustainability innovation: categories and interactions. *Business Strategy and the Environment*, 20(4), 222–237. <https://doi.org/10.1002/bse.682>
- Schwab, K. (2019). *Davos Manifesto 2020: The Universal Purpose of a Company in the Fourth Industrial Revolution*. <https://www.weforum.org/agenda/2019/12/davos-manifesto-2020-the-universal-purpose-of-a-company-in-the-fourth-industrial-revolution/>
- Scott, L., & McGill, A. (2018). *From Promise to Reality: Does Business Really Care about the SDGs? And what Needs to Happen to Turn Words into Action*. <https://www.pwc.com/gx/en/sustainability/SDG/sdg-reporting-2018.pdf>
- Shapiro, D., Hobdari, B., & Oh, C. H. (2018). Natural resources, multinational enterprises and

- sustainable development. *Journal of World Business*, 53(1), 1–14.
<https://doi.org/10.1016/j.jwb.2017.09.005>
- Simnett, R., Vanstraelen, A., & Chua, W. F. (2009). Assurance on Sustainability Reports: An International Comparison. *The Accounting Review*, 84(3), 937–967.
<https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.3.937>
- Skouloudis, A., Isaac, D., & Evaggelinos, K. (2016). Revisiting the national corporate social responsibility index. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 23(1), 61–70. <https://doi.org/10.1080/13504509.2015.1099121>
- Song, B., & Wen, J. (Taylor). (2020). Online corporate social responsibility communication strategies and stakeholder engagements: A comparison of controversial versus noncontroversial industries. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(2), 881–896. <https://doi.org/10.1002/csr.1852>
- Song, B., Wen, J., & Ferguson, M. A. (2020). Toward effective CSR communication in controversial industry sectors. *Journal of Marketing Communications*, 26(3), 243–267. <https://doi.org/10.1080/13527266.2018.1536887>
- Tihanyi, L. (2020). From “That’s Interesting” to “That’s Important.” *Academy of Management Journal*, 63(2), 329–331. <https://doi.org/10.5465/amj.2020.4002>
- Tsalis, T. A., Malamateniou, K. E., Koulouriotis, D., & Nikolaou, I. E. (2020). New challenges for corporate sustainability reporting: United Nations’ 2030 Agenda for sustainable development and the sustainable development goals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(4), 1617–1629.
<https://doi.org/10.1002/csr.1910>
- UN. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*.
<https://sdgs.un.org/2030agenda>
- UNCTAD. (2006). *The Least Developed Countries Report*. <https://unctad.org/webflyer/least-developed-countries-report-2006>
- UNCTAD. (2021). *UNCTAD Productive Capacities Index: Methodological Approach and Results*. https://unctad.org/system/files/official-document/aldc2020d3_en.pdf
- Van Assche, A. (2018). From the editor: Steering a policy turn in international business – opportunities and challenges. *Journal of International Business Policy*, 1(3–4), 117–127.
<https://doi.org/10.1057/s42214-018-0013-0>
- Van Tulder, R., Rodrigues, S. B., Mirza, H., & Sexsmith, K. (2021). The UN’s Sustainable Development Goals: Can multinational enterprises lead the Decade of Action? *Journal of International Business Policy*, 4, 1–21. <https://doi.org/https://doi.org/10.1057/s42214-020-00095-1>
- Velez-Ocampo, J., & Gonzalez-Perez, M. A. (2019). Analyzing foreign expansion and corporate reputation: review and future research agenda. *Cross Cultural & Strategic Management*, 26(4), 586–608. <https://doi.org/10.1108/CCSM-06-2019-0110>
- Venturelli, A., Caputo, F., Leopizzi, R., & Pizzi, S. (2019). The state of art of corporate social disclosure before the introduction of non-financial reporting directive: a cross country analysis. *Social Responsibility Journal*, 15(4), 409–423. <https://doi.org/10.1108/SRJ-12-2017-0275>
- Vidaver-Cohen, D., Gomez, C., & Colwell, S. R. (2015). Country-of-Origin Effects and Corporate Reputation in Multinational Firms: Exploratory Research in Latin America. *Corporate Reputation Review*, 18(3), 131–155. <https://doi.org/10.1057/crr.2015.7>
- Young, S., & Marais, M. (2012). A Multi-level Perspective of CSR Reporting: The Implications of National Institutions and Industry Risk Characteristics. *Corporate Governance: An International Review*, 20(5), 432–450. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2012.00926.x>